

ESTATUTO DO DIRETÓRIO CENTRAL DE ESTUDANTES CENTRO UNIVERSITÁRIO UNIVATES

Nota: Estatuto Social alterado conforme aprovação da Assembléia Geral Extraordinária ocorrida aos seis dias do mês de junho do ano de dois mil e um.

CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais:

Artigo 1º - O Diretório Central Integrado – DCI, fundado em 03 de junho de 1982, com sede na cidade de Lajeado, Rio Grande do Sul, é uma entidade civil, sem fins lucrativos, entidade máxima e autônoma de representação e defesa do corpo discente de todos os cursos de graduação existentes, inclusive os cursos técnicos, pós graduação e os que irão existir no Centro Universitário – UNIVATES, doravante denominado UNIVATES, exercendo todos os poderes que não lhe sejam vedados em lei e no regimento interno, a partir de maio de 1996, aprovados em Assembléia Geral Extraordinária passa a denominar-se Diretório Central dos Estudantes – DCE.

§ 1º - O DCE poderá manter convênios com entidades estudantis de grau superior e demais organizações, desde que não implique em perda de sua autonomia.

§ 2º - O DCE tem personalidade jurídica diferente e distinta de seus associados, os quais não repondem solidária ou subsidiariamente pelas obrigações contraídas por ele.

CAPÍTULO II

Das Finalidades:

Artigo 2º - O DCE tem como finalidades principais:

- a) congregar todos os universitários e egressos, visando e proporcionando à união da classe;
- b) promover a aproximação e a solidariedade entre os corpos discente e administrativo da UNIVATES;
- c) preservar as tradições estudantis, a probidade da vida escolar, o patrimônio moral e material das Instituições de Ensino Superior e a harmonia entre diversos organismos da estrutura escolar;
- d) organizar reuniões e certames de caráter cívico, social, cultural, técnico científico e desportivo, visando a complementação e aprimorando da formação universitária;
- e) promover, dentro de suas possibilidades, um jornal universitário trimestral, com o intuito de fomentar a pesquisa e a informação;
- f) tomar posição e colaborar na solução de problemas sociais, educacionais e culturais da coletividade em geral;
- g) defender os direitos dos estudantes, zelar por seus interesses e propugnar por suas reivindicações;
- h) manter a identidade estudantil, visando benefícios aos universitários, através de convênios já existentes a partir deste estatuto e a busca de novos convênios.

Artigo 3º - Compete ao DCE:

- a) cumprir e fazer cumprir este Estatuto;
- b) dirigir suas ações objetivando o cumprimento de seus fins;

c) patrocinar desde que não viole o texto do presente estatuto, os interesses do corpo discente.

Artigo 4º - É vedado ao DCE:

- a) interferir na vida de seus associados fora do âmbito de suas atividades como aluno dos cursos referidos no artigo 1º do presente documento;
- b) restringir, direta ou indiretamente a propaganda eleitoral, entre os associados, dos candidatos devidamente registrados aos postos eletivos estudantis;
- c) estabelecer distinções entre os estudantes por questões políticopartidárias, de raça, de credo ou por posição social;
- d) defender interesses de facções político-partidárias, religiosas ou raciais;
- e) praticar qualquer ato contrário á legislação vigente.

CAPÍTULO III

Artigo 5º - São considerados associados todos os alunos que estudam regularmente matriculados, em qualquer curso mantido pela FUVATES, salvo quando estiverem cumprindo pena de suspensão ou não ter cumprido o disposto no artigo 7º, alínea "i".

Artigo 6º - São direitos dos associados:

- a) votar e ser votado para qualquer cargo eletivo do DCE, respeitando as disposições deste Estatuto;
- b) participar de comissões, reuniões cívicas, sociais, desportivas e culturais promovidas pelo DCE;
- c) usufruir os benefícios prestados regularmente pelo Diretório;
- d) requerer por escrito, à Diretoria do DCE, sugestões que forem de utilidade para os associados;
- e) tomar parte nas Assembléias Gerais do DCE;
- f) apresentar, por escrito, à Diretoria do DCE sugestões que forem de utilidade para os associados;
- g) ser respeitado em sua personalidade e em suas convicções políticas, filosóficas e religiosas;
- h) recorrer à Assembléia Geral, das decisões que julgar prejudiciais aos interesses ou contrárias a este Estatuto, ou quando atingido por penalidades de que tratam as alíneas "c" e "d" do artigo 10, que em segunda e última instância poderá considerar o ato, prevalecendo sua decisão.

Artigo 7º - São Deveres de todos os associados:

- a) observar os dispositivos deste Estatuto, cumprir e acatar as decisões da Assembléia Geral e da Diretoria e cooperar para o progresso do DCE;
- b) proceder com a máxima correção no recinto do DCE e fora dele, quando usar seu distintivo, ou outro meio de identificação.
- c) cumprir e zelar pelo cumprimento das disposições deste Estatuto;
- d) comparecer às Assembléias Gerais do DCE;
- e) cumprir diligentemente os cargos que lhe forem atribuídos, uma vez aceitos;
- f) aceitar os cargos para os quais forem eleitos, salvo, em caso de

impedimentos justificados;

g) acatar as decisões emanadas dos Órgãos Competentes;

h) zelar pelo patrimônio e bom nome do DCE;

i) pagar a “Taxa Estudantil” semestralmente;

j) promover o espírito universitário nesta instituição bem como em toda a comunidade em geral que necessita dos serviços prestados por ela.

Artigo 8º - O valor da “Taxa Estudantil” será estipulada semestralmente pela diretoria do DCE.

§ único – os calouros pagarão uma taxa denominada “Taxa de Bixo”, sendo que o valor será acrescido à “Taxa Estudantil”, e também será estipulada pela diretoria do DCE.

CAPÍTULO IV

Das Penalidades:

Artigo 9º - A infração de qualquer dispositivo deste Estatuto e em particular dos referidos nas alíneas do artigo 7º, poderá acarretar ao associado a aplicação das seguintes penalidades:

a) advertência por escrito;

b) voto de censura na Ata da Assembléia Geral;

c) suspensão;

d) exclusão do quadro social.

Artigo 10º - A advertência por escrito e o voto de censura serão aplicados em separado ou cumulativamente ao associado que:

a) desrespeitar diretamente empregados, comissões ou membros deste Diretório no desempenho de suas atribuições;

b) prejudicar por meios diretos ou indiretos a administração do DCE;

c) faltar com respeito nas Assembléias Gerais;

d) não pagar a “Taxa Estudantil”.

§ único – A suspensão máxima que o associado faltoso poderá sofrer será a cassação de sua identidade estudantil, neste período.

Artigo 11. Estará sujeito às penalidades de suspensão o associado que:

a) reincidir em qualquer falta referida no artigo 10.;

b) fizer propaganda contrária aos interesses do DCE;

c) praticar qualquer ato contrário ao que dispõe a alínea “b” do

artigo 7º.;

d) não acatar as decisões dos Órgãos Competentes;

e) deixar de pagar a “Taxa Estudantil”.

§ único – A suspensão máxima que o associado faltoso poderá sofrer será a cassação de sua identidade estudantil, neste período.

Artigo 12º - Estará sujeito a pena de exclusão do quadro social o associado que:

a) reincidir em qualquer falta referida no artigo 11º;

- b) atentar contra o Patrimônio do DCE, depois de apuradas as suas responsabilidades, independente de outras sanções penais que lhe possam ser aplicadas;
- c) impedir o cumprimento deste Estatuto;
- d) deixar de pagar a “Taxa Estudantil” por 1 (um) semestre em que esteja regularmente matriculado.

Artigo 13º - São competentes para deliberação destas penalidades a Diretoria do DCE, o Conselho de Diretórios Acadêmicos e a Assembléia Geral, exceto para pena de exclusão, que somente poderá ser aplicada pela Assembléia Geral.

Artigo 14º - Os membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho de Diretórios Acadêmicos, além destas penalidades, incorrerão na perda do mandato quando:

- a) incidirem nos artigos 11º e 12º e suas alíneas;
- b) sem motivo justificado, deixarem de tomar posse, dentro de 15 (quinze) dias da data determinada, no cargo para o qual tenham sido eleitos ou nomeados;
- c) abusando de seus cargos, praticarem atos prejudiciais aos interesses dos associados do DCE;
- d) deixarem de comparecer, sem motivo justificado nas reuniões da Diretoria;
- e) tiverem concluído o curso ou tiverem sua matrícula cancelada pela UNIVATES ou pelo próprio aluno.

Artigo 15º - Compete ao Presidente em exercício, ou ao seu substituto legal, a aplicação das penalidades a que se refere o artigo 14º em suas alíneas “b” e “d” e “e”.

§ 1º - Os casos de que tratam as alíneas “a” e “c” do artigo 14º serão julgados em Assembléia Geral e a destituição do Presidente, ou qualquer membro da Diretoria, do Conselho Fiscal ou do Conselho de Diretórios Acadêmicos será levada a efeito como ato contínuo.

§ 2º - O associado faltoso poderá apresentar a sua defesa, verbalmente ou por escrito, apresentando as provas onde tiver, perante a Diretoria ou Assembléia em que for julgado.

CAPÍTULO V

Artigo 16º - São órgãos administrativos do DCE:

- a) Assembléia Geral;
- b) Diretoria do DCE;
- c) Conselho Fiscal;
- d) Conselho de Diretórios Acadêmicos (presidente ou representante legal de cada diretório).

CAPÍTULO VI

Das Assembléias Gerais:

Artigo 17º - A Assembléia Geral é constituída por todos os associados efetivos do

DCE em pleno exercício de seus direitos.

Artigo 18º - A Assembléia Geral é o órgão soberano do DCE, respeitando os dispositivos deste Estatuto e a legislação vigente.

Artigo 19º - As Assembléias Gerais serão Ordinárias e Extraordinárias.

Artigo 20º - As Assembléias Gerais Ordinárias serão convocadas pelo presidente ou por seu substituto legal, uma vez por ano, ao final da gestão, para dar conhecimento do relatório, acompanhado do parecer do Conselho Fiscal e a prestação de contas da Diretoria.

§ 1º - As Assembléias Gerais Ordinárias realizar-se-ão em dias úteis, sendo convocadas com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, através do Edital de Convocação afixado em lugares visíveis no recinto da UNIVATES e nas salas de aula.

§ 2º - Para fins de quorum, A Assembléia Geral deverá conter:

- a) em 1ª chamada, 50% mais um dos membros;
- b) em 2ª chamada, 30% mais um dos membros;
- c) em 3ª chamada, com qualquer número de presentes.

Observação: o período entre as chamadas é de 10 minutos.

§ 3º - A aprovação de prestação de contas da Diretoria será feita por votação entre os associados presentes e somente será considerada aprovada se receber 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) de votos a favor.

Artigo 21º - As Assembléias Gerais serão presididas pelo Presidente do Diretório Central dos Estudantes e na ausência deste, pelo seu substituto legal.

Artigo 22º - Na Assembléia Geral somente serão tratados assuntos constantes no Edital de Convocação.

Artigo 23º - Para ter validade qualquer deliberação deve receber, 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) ou maioria simples de votos favoráveis, abstendo-se de votar o Presidente que terá o voto de qualidade de desempate.

Artigo 24º - As Assembléias Gerais Extraordinárias poderão ser convocadas em qualquer época do ano letivo, exceto durante a semana de exames nos semestres A e B:

- a) pelo Presidente do DCE;
- b) por qualquer membro da diretoria a requerimento de 2/3 (dois terços) desta, mesmo sem o aval do Presidente;
- c) pelo Presidente do Conselho de Diretórios Acadêmicos com o apoio de 1/3 dos associados efetivos.

Artigo 25º - As convocações para Assembléias Gerais Extraordinárias serão feitas obrigatoriamente por Edital publicado com 48h (quarenta e oito horas) de antecedência, mencionada a data, local, horário e os fins de sua realização.

§ 1º - As Assembléias Gerais Extraordinárias não poderão ser convocadas em períodos oficiais de férias acadêmicas.

§ 2º - A Assembléia Geral Extraordinária convocada de acordo com o artigo

24º alínea “b” e “c” não funcionará sem a presença de 50% (cinquenta por cento) dos associados efetivos.

Artigo 26º - Nas sessões de Assembléias Gerais não serão aceitas procurações para votação.

CAPÍTULO VII Da Diretoria:

Artigo 27º - A Diretoria é o órgão executivo, coordenador, representativo e diretivo das atividades do Diretório e composta dos seguintes membros:

- a) Presidente;
- b) Vice-Presidente;
- c) Secretários 1º e 2º;
- d) Tesoureiros 1º e 2º
- e) Um diretor para cada um dos departamentos: Cultural, Esportivo, Social e imprensa/Divulgação.

§ único – São considerados cargos eletivos todos os onze cargos citados neste artigo.

Artigo 28º - Compete à Diretoria:

- a) dirigir e administrar o DCE acatando as deliberações das Assembléias Gerais e do Conselho de Diretórios Acadêmicos, na forma deste Estatuto, procurando o aprimoramento e o fortalecimento do mesmo;
- b) fazer observar e cumprir rigorosamente este estatuto;
- c) nomear, convocar e demitir comissões auxiliares, aos diretores de departamentos;
- d) apresentar, ao fim da gestão, um relatório completo de seus atos conforme dispõe o artigo 20º do presente Estatuto;
- e) regular, organizar e autorizar as despesas do Diretório, e fixar as taxas constantes no artigo 8º e seu parágrafo único;
- f) prestar todos os esclarecimentos perdidos, quando houver necessidade ou conveniência;
- g) resolver, com aprovação do Conselho de Diretórios Acadêmicos, todos os casos omissos no presente Estatuto;
- h) admitir e demitir os funcionários e fixar-lhes o respectivo vencimento;
- i) prestar os esclarecimentos que o Conselho Fiscal solicitar, facultando-lhe o exame completo de todos os documentos, livros e o que mais se fizer necessário ao bom desenvolvimento das funções do Conselho;
- j) manter relações oficiais com entidades estudantis do país, e com entidades culturais, científicas e profissionais;
- k) aprovar, juntamente com o Conselho de D.A's, os Estatutos dos D.A's que vierem a surgir.

Artigo 29º - As reuniões da Diretoria serão ordinárias e extraordinárias, sendo que as reuniões ordinárias serão realizadas ao menos uma vez por mês.

§ 1º - É obrigatória a presença de todos os membros da Diretoria a essas reuniões, salvo ausência justificada.

§ 2º - As reuniões extraordinárias serão realizadas por convocação do

Presidente do Diretório ou pela maioria dos demais membros da Diretoria, com o mínimo de 12h (doze horas) de antecedência.

Artigo 30º - As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria simples de votos, abstendo-se de votar o Presidente, a quem fica reservado o voto de desempate.

Artigo 31º - As deliberações da Diretoria terão força legal nas reuniões ordinárias e extraordinárias somente quando estiverem presentes no mínimo 4 (quatro) membros da mesma, sendo a votação unânime, ou com mais de 4 (quatro) membros com a maioria simples de votos.

Artigo 32º - As reuniões ordinárias observarão as seguintes normas:

- a) assinatura de comparecimento dos membros da Diretoria no respectivo livro;
- b) leitura e aprovação da ata da reunião anterior
- c) leitura dos assuntos constantes na ordem do dia;
- d) discussão e votação dos mesmos.

Artigo 33º - Compete ao Presidente do DCE:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
- b) cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto, assim como os regimentos internos e as deliberações da Diretoria, do Conselho de Diretórios Acadêmicos e das Assembléias Gerais;
- c) agir em nome da Diretoria e do DCE dentro do regimento deste Estatuto, sempre que haja urgência e impossibilidade de consulta prévia à Diretoria e ao Conselho de Diretórios Acadêmicos, devendo ser comunicado posteriormente no menor prazo possível;
- d) representar o DCE ativa e passivamente, extrajudicial e judicialmente, podendo neste último caso delegar poderes;
- e) convidar, conceder ou não, permissão a pessoas estranhas, para assistirem a qualquer reunião do DCE, em concordância com os demais membros da Diretoria;
- f) ter o voto de qualidade em caso de empate em qualquer votação, exceto nas eleições;
- g) assinar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais, os cheques, bem como toda a correspondência e documentos do DCE, conjuntamente com o encarregado do setor respectivo;
- h) assinar contratos e ajustes quando aprovados pela Diretoria do DCE
- i) responder pelos diversos departamentos perante o Conselho Fiscal
- j) autorizar todas as despesas necessárias, com a aprovação da Diretoria, e passar o visto em todas as contas a serem pagas;
- l) proclamar os resultados das decisões e votações;
- m) manter a ordem e o respeito mútuo durante as reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
- n) superintender e fiscalizar a orientação e execução das atividades e serviços mantidos pelo DCE, inclusive sobre os diretores de departamentos ou seções, quer eleitos, quer nomeados.

Artigo 34º - Em caso de renúncia ou perda do mandato do Presidente, assumirá em seu lugar o 1º vice-presidente, e se este renunciar ou perder o mandato, assumirá o 2º Vice-presidente.

§ único – em caso de renúncia ou perda de mandato do Presidente e dos vice-presidentes, assumirá a presidência o Presidente do Conselho de Diretórios Acadêmicos, que imediatamente convocará novas eleições ou continuará no cargo por decisão da Assembléia Geral Extraordinária, até o final do mandato do presidente que substitui.

Artigo 35º – Compete aos vice-presidentes:

- a) substituir o presidente em seus impedimentos;
- b) auxiliar o presidente no desempenho de suas funções.

Artigo 36º – Compete ao 1º Vice-presidente:

Substituir o Presidente em seus impedimentos, e na impossibilidade deste assumirá o 2º vice-presidente.

§ único – compete ao 2º Vice-presidente substituir o 1º Vice-presidente em seu impedimento.

Artigo 37º – compete ao 1º Secretário:

- a) superintender todos os serviços de secretaria;
- b) redigir e assinar juntamente com o Presidente toda a correspondência do DCE;
- c) comunicar aos associados, em tempo hábil, qualquer deliberação da Diretoria, que lhes seja referente e, dentro do prazo de 3 (três) dias, fazer chegar ao conhecimento dos que forem indicados para algum cargo ou comissão;
- d) receber todos os papéis dirigidos ao DCE e encaminhá-los ao presidente para despachos necessários, bem como levá-los ao conhecimento da Diretoria;
- e) lavrar e assinar as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
- f) zelar pela guarda e arquivo dos documentos, bem como toda correspondência recebida e expedida.

Artigo 38º – Compete ao 2º Secretário:

- a) auxiliar o 1º secretário em seus impedimentos;
- b) auxiliar o 1º secretário no desempenho de suas funções.

Artigo 39º – Compete ao 1º Tesoureiro:

- a) ter sob seu controle todas as receitas e despesas do DCE;
- b) efetuar os pagamentos do DCE, mediante autorização do Presidente;
- c) receber e depositar qualquer quantia em estabelecimento bancário, indicado pela Diretoria, não retendo em seu poder, valor superior a duas vezes o salário mínimo;
- d) apresentar mensalmente, em reunião da Diretoria, balancetes demonstrativos de receita e despesa, com documentos comprovatórios;
- e) assinar, com o Presidente, os cheques e os demais documentos relacionados com a tesouraria;
- f) manter os livros da Tesouraria devidamente escriturados;

g) apresentar à Diretoria o balanço anual, que será enviado ao Conselho Fiscal até 15 (quinze) dias após o término do mandato.

§ único - O primeiro Tesoureiro é o único responsável pelos valores que lhe foram confiados e suas contas serão prestadas à Diretoria, que lhe dará quitação.

Artigo 40º - Compete ao 2º Tesoureiro:

- a) substituir o 1º Tesoureiro em seus impedimentos;
- b) auxiliar o 1º Tesoureiro em suas funções.

Artigo 41º - Compete ao Diretor do Departamento Cultural:

- a) incentivar a cultura entre os associados;
- b) promover conferências e palestras literárias, técnicas ou científicas convidando para tal pessoas de reconhecido valor;
- c) representar e defender o DCE sempre que necessário, em assuntos culturais;
- d) manter o intercâmbio cultural entre o DCE e agremiações congêneres;
- e) executar promoções das mais diversas, no campo cultural, desde que não sejam paralelas a outras de cursos da própria UNIVATES.

Artigo 42º - Compete ao Diretor do Departamento Esportivo:

- a) cuidar das atividades esportivas dos associados do DCE;
- b) organizar e dirigir competições esportivas internas e externas;
- c) participar de campeonatos universitários externos, cooperando para sua realização, bem como tomar parte de competições esportivas, com o devido consentimento da Diretoria.

Artigo 43º – Compete ao Diretor do Departamento Social:

- a) organizar eventos e festas de integração dos associados, juntamente com a Diretoria, à partir de sua aprovação;
- b) supervisionar e dirigir os trabalhos de manutenção e conservação da sede social, inclusive os bens nela existentes;
- c) realizar promoções para obter recursos destinados a finalidades específicas, para quais hajam sido levantadas;

Artigo 44º - Compete ao Diretor do Departamento de Imprensa e Divulgação:

- a) divulgar e dar o merecido relevo às atividades do DCE;
- b) tomar a seu cargo a elaboração e divulgação do Jornal Universitário;
- c) redigir as notas publicadas na imprensa escrita ou falada;
- d) confeccionar cartazes e folhetos de campanhas de conscientização dos associados.

Artigo 45º - Qualquer irregularidade que venha a existir, em qualquer das promoções ou atividades em seu andamento, terá como responsável o diretor do departamento e seus demais auxiliares.

Artigo 46º – Qualquer promoção que venha a fugir dos seus objetivos previamente estabelecidos poderá ser suspensa por Assembléia Geral Extraordinária ou pela Diretoria do DCE, consultando o Conselho de Diretórios Acadêmicos.

Artigo 47º - Qualquer e toda promoção deve estar dentro dos princípios regimentares.

Artigo 48º - Compete, ainda, aos Diretores de Departamento:

- a) cumprir rigorosamente este Estatuto e os regimentos internos;
- b) solicitar os auxiliares de que necessitam para o perfeito desempenho, procurando dar-lhe o destaque;
- c) organizar, dirigir e realizar atividades inerentes ao respectivo departamento, procurando dar-lhe o destaque;
- d) apresentar os demais componentes da Diretoria do DCE um relatório de toda e qualquer atividade ou promoção realizada.

CAPÍTULO VIII

Do Conselho Fiscal:

Artigo 49º – O Conselho Fiscal é um órgão fiscalizador, composto de 3 (três) membros e 2 (dois) suplentes eleitos por voto direto e secreto, na mesma ocasião em que se realizam as eleições para a escolha da Diretoria do DCE.

§ 1º - Caberá ao Conselho do D.A's, ou DA existente, indicar os candidatos para compor o Conselho Fiscal;

§ 2º - O Presidente do Conselho Fiscal será a pessoa escolhida de comum acordo entre os 5 (cinco) membros eleitos.

Artigo 50º - O Conselho Fiscal deverá reunir-se ordinariamente uma vez por semestre letivo e extraordinariamente quantas vezes forem necessárias, por convocação do Presidente ou outros 2 (dois) membros do Conselho Fiscal.

Artigo 51º - Compete ao Conselho Fiscal:

- a) aprovar, juntamente com o Conselho de D.A's, despesas do Diretório, quando superiores a 5 (cinco) salários mínimos;
- b) dar o devido parecer no prazo de 5 (cinco) dias sobre o relatório das atividades e prestação de contas da diretoria;
- c) convocar a Diretoria ou membros desta, por escrito, para prestar esclarecimentos sobre matéria constante na referida convocação;
- d) arquivar qualquer resolução tomada anteriormente.

Artigo 52º - Compete ao Presidente do Conselho Fiscal:

- a) convocar e presidir as reuniões do conselho;
- b) representar o Conselho perante a Diretoria.

CAPÍTULO IX

Artigo 53º - O Conselho de D.A's é o órgão deliberativo e fiscalizador permanente do DCE, decidindo, deliberando e fiscalizando sobre qualquer matéria

de competência desta entidade.

§ 1º - As funções do Conselho de D.A's são consideradas imprescindíveis, sendo que o presidente da entidade não pode dissolvê-lo.

§2º - O Conselho de D.A's é presidido por um dos seus membros eleitos em reunião convocada especialmente para este fim, pelo voto da maioria de seus membros, e tem mandato de 1 (um) ano, igual ao período de gestão da Diretoria do DCE.

§ 3º - O presidente do Conselho de D.A's, a requerimento de 1/3 dos associados efetivos, poderá convocar Assembleia Geral Extraordinária.

Artigo 54º - O Conselho de D.A's é constituído pelo Presidente e Vicepresidente de cada Diretório Acadêmico existente na UNIVATES.

§ 1º - Quando da existência de apenas um Diretório Acadêmico, o Conselho de D.A's será composto pelo Presidente e Vice-Presidente deste único D.A.

Artigo 55º - Compete ao Conselho de Diretórios Acadêmicos:

- a) propor à Assembleia Geral alterações a este Estatuto;
- b) aprovar, juntamente com o Conselho Fiscal, despesas do Diretório, quando superiores a 5 (cinco) salários mínimos, bem como julgar os relatórios anuais do DCE;
- c) convocar o órgão administrativo afim de obter informes precisos quanto à questão ou estado de negócios a seu cargo;
- d) impugnar atos do órgão administrativo, quando efetuados sem atendimento às exigências legais deste Estatuto;
- e) nomear a comissão encarregada de apurar os atos atentórios ao DCE, praticados por seus associados, e aplicar as sanções previstas no artigo 9º do presente estatuto.
- f) cumprir e fazer cumprir este estatuto, interpretando-o e resolvendo os casos omissos;
- g) manter e cumprir o próprio Regimento Interno;
- h) aprovar, juntamente com a Diretoria do DCE, os Estatutos dos D.A's que vierem a existir.

Artigo 56º - Os membros do Conselho de D.A's serão substituídos nos seguintes casos:

- a) renúncia
- b) ausência, sem justificativa satisfatória, a juízo de seus pares, a três reuniões consecutivas ou cinco alternadas;
- c) perda dos direitos de sócio do DCE;
- d) perda de cargo em virtude de falta grave.

Artigo 57º - A perda ou extinção do mandato de Presidente e/ou Vicepresidente do Diretório Acadêmico extinguirá a condição de membro do Conselho de D.A's, assumindo a vaga o novo Presidente e/ou Vice-presidente do respectivo Diretório Acadêmico.

Artigo 58º - O Conselho de D.A's reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês letivo, e extraordinariamente em qualquer época por convocação de seu Presidente, a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros titulares ou de 1/5

(um quinto) dos sócios do DCE.

Artigo 59º - As reuniões do Conselho de D.A's realizar-se-ão com a presença da maioria simples dos Conselheiros, e as decisões serão tomadas pelo voto favorável da maioria dos presentes.

CAPÍTULO X

Do Patrimônio, Receita e Despesa

Artigo 60º - O Patrimônio do DCE é o conjunto de bens pertencentes ao Diretório, monetariamente avaliáveis, devendo como tais, constar nos registros contábeis.

Artigo 61º - Todo e qualquer bem móvel pertencente ao Patrimônio do DCE só poderá ser colocado à venda mediante aprovação da Diretoria em reunião ordinária ou extraordinária com a participação do Conselho de Diretórios Acadêmicos.

Artigo 62º - Em caso de dissolução do DCE, seu Patrimônio ficará sob guarda da FUVATES, até que seja fundada outra agremiação que venha a congregar alunos de grau superior da mesma Instituição.

Artigo 63º - A receita do DCE resulta de:

- a) Taxa Estudantil;
- b) subvenções e auxílios;
- c) ações e legados;
- d) rendas de seus bens e de suas promoções;
- e) receitas diversas.

Artigo 64º - O DCE será obrigado a lançar todo o movimento de Receitas e Despesas com a devida comprovação.

§ 1º - O DCE repassará 20% da Taxa Estudantil de cada curso para o respectivo D. A

§2º - O DCE colocará a disposição 30% do valor correspondente a Taxa Estudantil do curso, para fins de projetos, desde que aprovados pelo DCE e Conselho de D.A's. O valor deverá ser devidamente comprovado num prazo máximo de 30 (trinta) dias após a realização do projeto, sob pena de devolução do valor.

§3º - Cursos pequenos, de até 200 (duzentos) alunos terão o valor estipulado pelo Conselho de D.A's, podendo ultrapassar os 20% (vinte por cento) dos demais.

Artigo 65º - A Diretoria do DCE apresentará a prestação de contas ao término de sua gestão ao Conselho Fiscal e Conselho de D.A's, sendo que a não comprovação das mesmas e se comprovado o uso intencional e indevido dos bens e recursos da entidade, importará em responsabilidade civil, penal e disciplinar dos membros da Diretoria do DCE.

Artigo 66º - As despesas ordinárias do DCE incluirão:

A assinatura de jornais, revistas e demais publicações;
B conservação e manutenção da sede social e dos Departamentos;
C remuneração de funcionários;
D despesas diversas, desde que sejam de pequeno valor.

§ 1º - Serão extraordinárias as despesas não incluídas nas alíneas deste artigo, desde que ultrapassem o valor do salário mínimo vigente.

§ 2º - As despesas ordinárias serão autorizadas pelo presidente do DCE e as extraordinárias pela Diretoria com aprovação do Conselho de Diretórios Acadêmicos.

CAPÍTULO XI

Do emblema e Bandeira:

Artigo 67º - O DCE terá um emblema e uma bandeira que deverão citar nome da UNIVATES.

§ 1º - O DCE deverá conservar o mesmo emblema, sendo necessário aprovação em Assembléia Geral para modifica-lo.

CAPÍTULO XII

Das Eleições do DCE e do Conselho Fiscal:

Artigo 68º - As eleições para cargos da Diretoria do DCE e Conselho Fiscal serão realizadas anualmente na primeira quinzena do mês de outubro, obedecidos os princípios da votação secreta, direta e facultativa, não sendo permitido voto por procuração.

Artigo 69º - São cargos eletivos do DCE os citados no artigo 27 do presente Estatuto.

Artigo 70º - As eleições para substituição de cargos eletivos do DCE bem como do Conselho Fiscal, far-se-ão em data a ser fixada pela Diretoria nos termos do Edital de Convocação, cabendo ao Presidente convocá-los no prazo previsto.

§ único – Os Editais de Convocação das eleições serão afixados em locais visíveis, bem como todas as salas de aula, no recinto da UNIVATES, 30 (trinta) dias antes da realização das mesmas, esclarecendo normas e estabelecendo data e horário.

Artigo 71º - O Processo Eleitoral obedecerá aos seguintes procedimentos:

a) registro prévio dos candidatos, a cargos do DCE, em forma de chapa não podendo esta ser formada por mais de 30% (trinta por cento) de alunos do mesmo curso;

b) registro prévio dos candidatos, indicados pelo Conselho de D.A's ao Conselho Fiscal;

c) realização do pleito dentro do recinto da UNIVATES;

d) garantia de sigilo do voto e da inviolabilidade das urnas;

e) identificação do estudante;

f) manutenção de urnas durante uma semana (de segunda a sábado) nos turnos em que ocorrerão aulas, em pontos estratégicos dentro da Instituição, permanecendo ativa pelo mesmo período.

g) apuração imediata após o término do processo de votação.

Artigo 72º - Os candidatos a qualquer cargo eletivo deverão ser registrados com antecedência mínima de 5(cinco) dias antes do pleito, mediante petição, em duas vias, contendo o nome do candidato, semestre que frequenta, número da Identidade Acadêmica (código de aluno da UNIVATESO e cargo para o qual é apresentado, bem como o seu consentimento (assinatura).

§ 1º - Uma das vias da petição será devolvida com o devido despacho do Presidente do DCE, no prazo de 24 (vinte e quatro horas) após o seu recebimento.

§ 2º - Nenhum associado poderá candidatar-se a dois cargos eletivos no mesmo pleito.

Artigo 73º - Condições de elegibilidade:

a) ser associado ao DCE;

b) não estar matriculado no primeiro semestre e nem se formar durante a próxima gestão;

c) estar em pleno gozo dos seus direitos;

d) estar cursando pelo menos três disciplinas no período letivo;

e) tenha sido aprovada pelo Conselho Fiscal e Conselho de D.A's, a prestação de contas, quando membro de diretoria no exercício de qualquer cargo numa gestão anterior;

f) não tenha perdido o mandato, quando ocupante de uma cargo eletivo numa gestão anterior, de acordo com o artigo 14º deste Estatuto.

§ único – o não preenchimento de qualquer destes requisitos, em qualquer tempo, implicará em nulidade do pedido de inscrição e, se for o caso, a perda do mandato.

Artigo 74º - Concorrerão às eleições as chapas compostas por:

a) 1 (um) Presidente;

b) 1º e 2º Vice-presidentes;

c) 1º e 2º Secretário;

d) 1º e 2º Tesoureiro;

e) 1 (um) Diretor para cada Departamento: Cultural, Esportivo, Social e Imprensa/Divulgação.

§ único – a votação será por chapa, exceto o Conselho Fiscal, que terá nomes de alunos indicados pelo Conselho de D.A's.

Artigo 75º - Será considerada eleita:

a) quanto ao DCE a chapa que obtiver a maioria simples dos votos;

b) quanto ao Conselho Fiscal, os três primeiros nomes, como membros titulares e os dois seguintes como suplentes que obtiverem a maioria simples dos votos.

§ único – em caso de empate serão convocadas novas eleições no prazo de 30 (trinta) dias, concorrendo nesta apenas as chapas empatadas.

Artigo 76º - A Diretoria do DCE, juntamente com o Conselho de D.A's, nomeará uma comissão Eleitoral que viabilizará e fará cumprir todas as exigências constantes no presente Estatuto.

Artigo 77º - A Comissão Eleitoral será composta de 5 (cinco) membros assim distribuídos:

- a) 1 (um) presidente de mesa, que presidirá a comissão;
- b) 2 (dois) secretários;
- c) 2 (dois) suplentes.

Artigo 78º - É vedada a participação de qualquer candidato a cargo eletivo na Comissão Eleitoral.

Artigo 79º - Compete à Comissão e Eleitoral:

- a) organizar os preparativos para o pleito;
 - b) elaborar o regimento eleitoral;
 - c) fiscalizar o cumprimento dos prazos para a campanha eleitoral;
 - d) receber os reclames interpostos na votação e buscar o seu equacionamento;
 - e) identificar o votante mediante lista nominal e oficial fornecida pelo DCE;
 - F proceder o escrutínio dos votos, logo após o término da votação acompanhado de um representante da Direção da UNIVATES para decidir sobre os casos omissos.
 - G responder pelos trabalhos eleitorais bem como, possíveis recursos oriundos do processo eleitoral;
- § único – cada chapa poderá indicar um fiscal para acompanhar os trabalhos de votação e apuração dos votos, não podendo ser candidato a cargo eletivo.

Artigo 80º - A propaganda eleitoral será encerrada 24h (vinte e quatro horas) antes da eleição.

§ 1º - É proibida a propaganda eleitoral na sede social do DCE

§ 2º - Poderão ser recolhidos pela Comissão Eleitoral, os cartazes ou folhetos de propaganda eleitoral que contenham ofensas ou faltarem com o respeito com qualquer membro (s) chapa (s) concorrente (s)

Artigo 81º - As cédulas para as eleições, obedecerão a um modelo único e serão rubricadas pelo Presidente da Comissão Eleitoral.

§ único – No modelo da cédula constarão a (s) chapa (s) inscrita (s) numerada (s), juntamente com os nomes dos alunos indicados pelo Conselho de D.A's para o Conselho Fiscal.

Artigo 82º - Considerar-se-ão nulos os votos dados em cédulas não oficiais, rasuradas, identificadas ou contendo observações estranhas.

Artigo 83º - Concluída a apuração dos votos, o Presidente do DCE proclamará os resultados oficiais e lavrará a ata que por ele será assinada, juntamente com os membros da Comissão Eleitoral presentes e pelos fiscais das chapas concorrentes e publicará em Edital os resultados da eleição.

Artigo 84º - A transmissão de cargos dar-se-á em primeiro de janeiro, devendo ser lavrada ata, em livro próprio, que será assinada pelos membros da Diretoria, ora empossada.

§ único – a posse de qualquer suplente, para preenchimento de vaga, será realizada em reunião da Diretoria.

Artigo 85º - Os membros eleitos, no ato da posse, prestarão o seguinte compromisso: “Prometo, no exercício do mandato, manter, defender e cumprir o Estatuto do DCE, promover o bem do Diretório, sustentar-lhe a união, a integridade e independência, bem como cumprir a Constituição e a legislação vigente”.

Artigo 86º - Em caso de renúncia coletiva da Diretoria e do Conselho Fiscal, os representantes do Conselho de Diretórios convocarão uma Assembléia Geral Extraordinária para dar ciência e procurar a solução do fato.

CAPÍTULO XIII

Do Estatuto:

Artigo 87º - Este Estatuto somente poderá ser reformado, modificado, ou emendado por Assembléia Geral Extraordinária, convocada para tal fim.

Artigo 88º - As propostas de emendas, modificações ou reformas, serão apreciadas, quando:

A encaminhadas pela Diretoria;

B encaminhadas pelo Conselho de Diretórios Acadêmicos;

C por qualquer associado, desde que inscritas, no mínimo, por 10% (dez por cento) dos associados do DCE.

§ único - Dar-se-á como aceita a emenda que obtiver a votação favorável de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados presentes à Assembléia.

Artigo 89º - Este Estatuto entrará em vigor após a aprovação pela Assembléia Geral Extraordinária para tal fim e após ser enviado à Direção da UNIVATES para se pronunciar.

§ único – Aprovado, o Estatuto será encaminhado aos órgãos competentes para o registro e publicação no Diário Oficial do Estado.

CAPÍTULO XVI

Das disposições Transitórias e Finais:

Artigo 90º - O exercício de qualquer função de representação, ou dela decorrente, não exonera o estudante do cumprimento de seus deveres escolares, inclusive da exigência de frequência.

Artigo 91º - O DCE não remunera a Diretoria, os sócios e seus demais integrantes; não distribuição lucros, dividendos, vantagens, ou benefícios sob qualquer título.

Artigo 92º - A Diretoria poderá optar por assinatura de convênio com a FUVATES para facilitar o recolhimento da “Taxa Estudantil”.

Artigo 93º - A Diretoria eleita no mês de outubro, será empossada na

primeira semana do mês de janeiro subsequente.

Observação: Este estatuto foi aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária no dia seis de junho de dois mil e um, em terceira e última chamada, às dezenove horas e trinta minutos, no Auditório do Prédio VII, com os estudantes dos Cursos de Graduação do Centro Universitário UNIVATES.

Lajeado, 06 de junho de 2001.

Rodrigo Bom Sander
Presidente do DCE

Ney Arruda Filho
OAB/RS 23.743